

abaixo de 4 bilhões

uma perda de US\$ 200 milhões no superávit comercial. Porém, em outubro, a dramática redução do saldo comercial introduziu outro elemento: a virtual paralisação das exportações, ante a perspectiva de uma desvalorização cambial.

Desde agosto, por outro lado, as aquisições cada vez maiores do mercado interno começaram a desviar a produção destinada à exportação, fato que preocupou o governo e estimulou, internamente, a discussão sobre a necessidade da adoção de duras medidas de contenção do consumo.

A definição de uma nova política cambial, com reajustes diários da taxa do dólar em confronto com o cruzado, anunciada no dia 21 de novembro, no âmbito do Cruzado II, contribuiu para recuperar as exportações na última semana do mês. Por outro lado, a Cacex impôs um rígido con-

trole administrativo das importações, impedindo que pela primeira vez o País registrasse déficit em suas operações comerciais com o Exterior. Contudo, a nova política cambial não tranquilizou de todo os exportadores, que ainda continuam alimentando a expectativa de uma maxidesvalorização do cruzado entre 10 e 15%, a despeito das reiteradas declarações em contrário dos ministros da área econômica.

Além do mais, a pressão da demanda do mercado interno continua ativa, e a expectativa é aumentar neste mês, em decorrência do efeito sazonal das compras de fim de ano e do aumento da liquidez na economia. Os técnicos da área econômica esperam que as medidas do último pacote econômico reduzam a demanda agregada de bens, mas esse efeito, impulsionado pelo aumento da tributação do Imposto de Renda, so-

mente deverá ocorrer no segundo trimestre do próximo ano.

CACIFE

Há, entre os técnicos, o consenso de que a continuação da queda das reservas, potencializada pela performance negativa da conta de capital — perda de investimentos, elevação do nível de repatriamento de capital etc. —, resultará numa perda de cache do País para enfrentar seus credores externos nas negociações para o refinanciamento da dívida.

Daí o interesse evidente do governo de apressar essas negociações, para evitar que o País possa apresentar-se diante dos banqueiros com a expectativa de uma crise cambial, o que reduziria o seu poder de barganha em relação à negociação em si e, mais do que isso, estimularia as exigências de um retorno do sistema de monitoramento da economia brasileira pelo FMI. (Brasília - Ag. Estado)